

**SIGNO, CÓDIGO LINGUÍSTICO E A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO**Patrícia Ribeiro de Andrade <sup>1</sup>**RESUMO**

O artigo tem por objetivo central discutir possibilidades de ensino e aprendizado da leitura, tendo como base teórica a perspectiva enunciativa da linguagem de Benveniste e Ducrot e as proposições discursivas dialógicas de Bakhtin. Através de um estudo bibliográfico, o texto apresenta caminhos para um ensino e aprendizado da leitura que tome os pressupostos teóricos em questão, de forma complementar.

Palavras-chave: signo, compreensão, sentido, leitura, discurso.

**SIGN LANGUAGE CODE, AND THE CONSTRUCTION OF MEANING****ABSTRACT**

The article has the central purpose, to discuss the possibilities of both, teaching and learning of reading, based on the theoretical perspective of expository language from Beneviste and Ducrot, as well as Bakhtin's dialogic discourse prepositions. Through a bibliographical study, the text presents ways for teaching and learning of reading, that takes the theoretical assumption in question, in a complementary way.

**Keywords:** sign, understanding, sense, reading, speech.

*A palavra nativa é percebida como um irmão, como uma roupa familiar, ou melhor, como a atmosfera na qual habitualmente se vive e se respira. Ela não apresenta nenhum mistério.*  
(Bakhtin)

<sup>1</sup> Mestre em Letras e Linguística (UFBA), doutoranda pelo PPG-Letras da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (DINTER PUCRS/UNEB), professora assistente da Universidade do Estado da Bahia (UNEB) – Departamento de Ciências Humanas – *Campus V*. Rua Jardim Bahia, s/n, Centro – Santo Antônio de Jesus-Ba. Tel: (75) 3631-2855. E-mail:pandrade@uneb.br

## CONSIDERAÇÕES INICIAIS

A construção dos enunciados através dos quais a linguagem se concretiza, nas diversas situações de uso, é feita do material linguístico denominado signo. Mas o que é o signo linguístico? Que elementos emanam dele de forma a garantir a compreensão de enunciados proferidos, nas mais variadas esferas comunicativas? De que modo o signo é organizado no sistema linguístico para compor os enunciados? E, por fim, como esse sistema composto pelos signos possibilita aos interlocutores se entenderem?

As respostas a tais questões, como se sabe, podem ser tão variadas quanto o número de postulados teóricos nos quais se baseia o estudo que busca respondê-las. Aqui serão examinadas duas perspectivas teóricas distintas e divergentes. Trata-se da abordagem enunciativa de Benveniste e Ducrot e da abordagem discursiva dialógica de Bakhtin e seu Círculo. Recorre-se a essas fontes com a finalidade de se alcançar uma visão a respeito do processo de estabelecimento do sentido na linguagem, objetivando estendê-la ao processo de compreensão na leitura, pautando-se no entendimento de que, ao abarcarem o problema da significação da linguagem, as teorias em foco dão subsídios para se pensar também o processo leitura, inclusive pelas divergências que apresentam entre si, as quais suscitam ponderações que podem ser relevantes para o problema da compreensão de textos.

Com tal viés, esta abordagem inicia-se com o exame do conceito de signo baseado em Saussure e Dubois *et all*, ao que se segue uma explanação sobre a relação entre sentido e enunciação discutida por Benveniste e Ducrot, abordando-se, posteriormente, a construção do Círculo de Bakhtin a respeito de enunciação e dialogismo. Por fim, são feitas algumas observações sobre a aplicabilidade dessas perspectivas teóricas examinadas, no ensino/aprendizado da leitura.

## SIGNO, SUAS ACEPÇÕES E A CONSTRUÇÃO DO SENTIDO

Nas palavras de Dubois *et all* (1998, p. 541), “O *signo*, no sentido mais geral, designa, assim como o símbolo, ou o sinal, um elemento A – de natureza diversa – substituto de um elemento B.” Na linguística saussuriana, a noção de signo não é tão simples, obviamente, devido à própria complexidade da linguagem. Em Saussure, signo é definido como uma unidade linguística constituída de dois elementos indissociáveis: o significado e o significante, sendo que o primeiro diz respeito ao conceito do objeto referenciado pelo signo e o segundo à imagem acústica que “...é, por excelência, a representação natural da palavra enquanto fato de língua virtual, fora de toda realização pela fala.” (SAUSSURE, 1975, p. 80).

Com base nessa definição, o formalismo linguístico postulou dois princípios básicos relativos ao signo que devem ser levados em conta ao se proceder à análise linguística. O primeiro é o caráter arbitrário do signo, considerando-se que não existe, *a priori*, relação interior entre significante e significado. Essa característica, todavia, não permitiria explicar de que forma certos elementos do universo comunicativo só ganham sentido por conta de uma muito específica e particular constituição do significante – a despeito, por exemplo, das bandeiras nacionais, que fazem referência a elementos particulares de cada nação, de forma não arbitrária, mas explicitamente convencionada – determinando a inserção, na abordagem semiótica, do conceito de “símbolo”. Considere-se a explicação de Saussure sobre isto:

Utilizou-se a palavra *símbolo* para designar o signo linguístico ou, mais exatamente, o que chamamos de significante. Há inconvenientes em admiti-lo, justamente por causa do nosso primeiro princípio. O símbolo tem como característica não ser jamais completamente arbitrário; ele não está vazio, existe um rudimento de vínculo natural entre o significante e o significado. O símbolo da justiça, a balança, não poderia ser substituído por um objeto qualquer, um carro, por exemplo. (SAUSSURE, 1975, p. 82). [Grifo do autor].

O segundo princípio a ser levado em conta, ao se proceder a uma análise linguística nos termos saussurianos, é o caráter linear do significante. Conforme Dubois *et all* (1998),

Em linguística estrutural e distribucional, a *linearidade* é uma das propriedades fundamentais da linguagem. Os enunciados são seqüências de elementos discretos ordenados de forma linear. Cada morfema é uma seqüência de fonemas, cada frase é uma seqüência de morfemas, cada discurso uma seqüência de frases. (DUBOIS *et all*, 1998, p. 377). [Grifo dos autores].

Há ainda, duas outras características essenciais ao signo: a propriedade da imutabilidade e da mutabilidade. A imutabilidade do signo diz respeito à impossibilidade por parte da comunidade que o emprega de escolher livremente o item da língua que será utilizado numa dada situação comunicativa. É o que Saussure denomina “a carta forçada” (cf. SAUSSURE, 1975, p. 85).

A mutabilidade do signo é, obviamente, o evento contrário ao acima descrito, mas como ele, é o efeito do tempo sobre a língua que faz com que os signos se alterem mais ou menos. Para a linguística formalista, as mudanças linguísticas ocorrem nos níveis fonético, morfológico, sintático e lexical, ocasionadas por fatores extralinguísticos que podem ser de natureza variada. (DUBOIS *et all*, 1998, p. 543).

A linguística estruturalista imprimiu à teoria do signo linguístico saussuriano a ideia de que este conceito corresponde ao morfema. Segundo Dubois *et all* (1998, p. 545), “... o signo saussuriano, com efeito, é equivalente ao morfema.” Entretanto, ao trazer a definição do objeto da linguística formal, verifica-se, nas palavras desses autores, um conceito mais amplo de signo:

...é comumente admitido, hoje, que a língua é um sistema de comunicação que, como todos os sistemas de comunicação, funciona por meio de um *código ou sistemas de signos* (entende-se por *código ou sistema de signos*, a natureza dos signos, seu nome, suas combinações, as regras que presidem estas combinações). (DUBOIS *et all*, 1998, p. 543). [Grifos dos autores].

A concepção saussuriana de signo linguístico é de suma importância para o quadro teórico desenvolvido por Benveniste para explicar, a partir do funcionamento do sistema, como a língua fornece aos usuários meios que possibilitam a construção do sentido dos enunciados. Afirma Benveniste ([1967] 1989, p. 229) que existem “duas espécies e dois domínios do sentido e da forma” na língua, embora ambos sejam compostos pelos mesmos elementos. A significação da linguagem começa no signo e este por sua vez é uma unidade semiótica: “...ele é dotado de significação na comunidade daqueles que fazem uso de uma língua, e a totalidade destes signos forma a totalidade da língua.” (Idem, p. 227). Em Benveniste, o signo, portanto, delinea o primeiro domínio do sentido e da forma da língua.

Como unidade semiótica um signo não recebe uma definição. Na instância do

signo, o que conta é o reconhecimento de um elemento como pertencente a um determinado sistema linguístico: “A entidade considerada significa? A resposta é sim, ou não. Se é sim, tudo está dito e registre-se; se é não, rejeitemo-la e tudo está dito também. “Chapéu” existe? Sim. “Chaméu” existe? Não.” (Idem).

O outro domínio é o semântico. Observem-se as palavras de Benveniste sobre esse outro modo de significar que tem a língua:

A noção de semântica nos introduz no domínio da língua em emprego e em ação; vemos desta vez na língua sua função mediadora entre o homem e o homem, entre o homem e o mundo, entre o espírito e as coisas, transmitindo a informação, comunicando a experiência, impondo a adesão, suscitando a resposta, implorando, constringendo; em resumo, organizando toda a vida dos homens. (BENVENISTE, [1967] 1989, p. 229).

A atualização do domínio semântico da língua se dá através da frase que, segundo Benveniste, é a “expressão por excelência” desse domínio. Mais adiante, afirma o estudioso: “Não se trata mais, desta vez, do significado do signo, mas do que se pode chamar o intencionado. [...] A semiótica se caracteriza como uma propriedade da língua; a semântica resulta de uma atividade do locutor que coloca a língua em ação.” (BENVENISTE, [1967] 1989, p. 229).

No processo comunicativo, o que determina o sentido é o agenciamento de palavras para construção das ideias que o locutor quer transmitir; ou seja, a fase inicial da construção do sentido é a seleção do signo no plano paradigmático da linguagem. Depois, operam-se as relações associativas entre os signos selecionados: a relação que essas palavras mantêm entre si na cadeia sintagmática, de modo a remeter ao “aqui e agora” é condição necessária para a compreensão da mensagem.

Observa-se que, ao contrário do que acontece no plano semiótico, em que um signo só precisa ser reconhecido como entidade de uma língua, no plano semântico, um simples reconhecimento não é o suficiente para compreensão do sentido de um enunciado. Segundo Benveniste, o “aqui e agora” são imprescindíveis, pois representam o “referente” que oferece ao interlocutor o suporte externo indispensável ao sucesso da comunicação, ou seja, a compreensão da mensagem. Considerem-se os esclarecimentos de Benveniste:

[...] é necessário introduzir aqui um termo a que foi desnecessário apelar na análise semiótica: aquele do “referente”, independente do sentido, e que é o objeto particular a que a palavra corresponde no caso concreto da circunstância ou do uso. Ainda que se compreenda o sentido individual das palavras, pode-se muito bem, fora

da circunstância, não compreender o sentido que resulta da junção das palavras [...].(BENVENISTE, [1967] 1989, p. 231).

Ao se aceitar o sentido de ‘sentido’ à luz da concepção de Benveniste, há de se acatar que a compreensão no processo interlocutivo se constrói através das relações paradigmáticas e sintagmáticas; as paradigmáticas respondem pelo agenciamento de signos que, já instituídos como palavras, por sua vez farão parte da composição da cadeia sintagmática que está a serviço do intercâmbio comunicativo; e as relações paradigmáticas e sintagmáticas são função do “aqui e agora”, ou seja, da referência: “Se o “sentido” da frase é a idéia que ela exprime, a “referência” da frase é o estado de coisas que a provoca, a situação de discurso ou de fato a que ela se reporta e que nós não podemos jamais prever ou fixar.” (Idem). O sentido se constrói na língua, auxiliada por elementos situacionais, fazendo com que os enunciados possam ser compreendidos. Observe-se:

O sentido a transmitir, ou se se quiser, a mensagem é definida, delimitada, organizada por meio das palavras; e o sentido das palavras, por seu turno, se determina em relação ao contexto de situação. Ora, as palavras, instrumentos da expressão semântica, são materialmente os signos do repertório semiótico. Mas estes signos, em si mesmos conceptuais, genéricos, não circunstanciais, devem ser utilizados como “palavras” para noções sempre particulares, específicas, circunstanciais, nas acepções contingentes do discurso. (BENVENISTE, [1967] 1989, p. 232-233).

O sentido não é algo que se constrói fora do sistema linguístico. O acervo de signos de que dispõe o sistema é o que torna possível a construção dos enunciados e o poder de referenciar desses imprime os sentidos precisos no momento da interlocução. É importante enfatizar que, na perspectiva de Benveniste, “[...] no fundo de tudo está o poder significante da língua, que é anterior ao dizer qualquer coisa. [...] “Ela não diz nem oculta, mas ela significa”.” (BENVENISTE, [1967] 1989, p. 234).

O problema do sentido e da enunciação é também bastante discutido por Ducrot, com um enfoque que amplia as explicações sobre o funcionamento das relações intrínsecas e exteriores realizadas pela linguagem e que dão corpo aos enunciados e discursos.

Em Ducrot (1984, p. 368-369) encontra-se uma explicação para o funcionamento da língua que separa o “material linguístico” em entidade abstrata (*type*) e entidades concretas (*token*). A entidade abstrata é recorrente na língua, enquanto as entidades concretas são os diversos usos do elemento dito *type*. Esquemáticamente, Ducrot explica a



realização linguística da seguinte forma:

Nível elementar

Nível complexo

Entidade abstrata

Frase

Texto

Realização

Enunciado

Discurso

Segundo o autor, não é possível atribuir a uma entidade abstrata (frase, p. ex.) o mesmo conteúdo semântico de um emprego ou realização desse elemento (p. ex. enunciado de uma frase). Considerem-se as palavras do próprio Ducrot:

Em primeiro lugar porque a maior parte dos enunciados tem uma propriedade que as frases raramente podem ter. Trata-se da propriedade de referir, isto é, de fazer alusão a objetos, estados ou acontecimentos absolutamente particulares do mundo real (ou, eventualmente de um mundo imaginário). [...] Ora, se está inscrito na frase que ela deve, quando empregue, referir-se a algo determinado, apenas a situação de enunciação permite, a maior parte das vezes, determinar efectivamente aquilo a que se faz referência: a referência não pode, pois, ser realizada pela frase, mas apenas pelo enunciado. (DUCROT, 1984, p. 370).

Conforme Ducrot, a frase, nível abstrato da língua, serve para instruir quanto aos sentidos que os enunciados podem adquirir, a depender da situação enunciativa e dos referentes. Logo, o sentido não aparece do nada, nem está oculto. As entidades abstratas que compõem o sistema, e que são recorrentes, estão na base da enunciação.

Neste e em outros textos (DUCROT, 1987, 1988), o autor não parece contrariar a perspectiva teórica de Benveniste, mas a desenvolve e amplia. Obviamente, como se trata de uma nova perspectiva, Ducrot utiliza uma terminologia adequada ao seu postulado,

redefinindo termos e acrescentando outros, mas sem permitir que a essência do valor do signo linguístico saussuriano (valor determinado pelas relações de seleção e associação na organização estrutural da linguagem) se modifique, tampouco o desenvolvimento de tal postulado feito por Benveniste. Enfim, o que se encontra em Ducrot é que o sentido se constrói a partir da significação que as entidades abstratas trazem em si impressa, servindo de orientação para a realização do discurso, entidade concreta ou realização da língua.

Como se observa, para Benveniste e Ducrot o sentido tem, *a priori*, suas bases assentadas no sistema, pois a língua por si só significa. Entretanto, na interação, o processo referencial é que dá aos elementos do sistema a roupagem semântica que permite aos integrantes da comunicação se entender. Esta concepção de sentido é rejeitada pelos construtos do Círculo de Bakhtin, conforme será demonstrado.

As divergências entre os dois modelos teóricos aqui examinados começam pela concepção do material de composição dos enunciados: o signo.

Como se pode notar, signo para Benveniste é uma entidade do código linguístico que tem significado e por isso é reconhecido pelos seus usuários como unidade da língua. Já na perspectiva bakhtiniana, o elemento que figura como entidade do código, não é o signo, mas o “sinal”, que é assim concebido:

O sinal é uma entidade de conteúdo imutável; ele não pode substituir, nem refletir, nem refratar nada; constitui apenas um instrumento técnico para designar este ou aquele objeto (preciso e imutável) ou este ou aquele acontecimento (igualmente preciso e imutável). (BAKHTIN, [1929] 2006, p. 94).

O sinal, na acepção bakhtiniana, fornece a materialidade para a enunciação, mas não é nele que o sentido é gerado. Inclusive, o sinal em si, não traz um valor para a interlocução; tal propriedade é função do signo, conforme se lê nas palavras do estudioso:

Enquanto uma forma linguística for apenas um sinal e for percebida pelo receptor somente como tal, ela não terá para ele nenhum valor linguístico. A pura “sinalidade” não existe, mesmo nas primeiras fases da aquisição da linguagem. Até mesmo ali, a forma é orientada pelo contexto, já constitui um signo, embora o componente de “sinalidade” e de identificação que lhe é correlata seja real. Assim, o elemento que torna a forma linguística um signo não é sua identidade como sinal, mas sua mobilidade específica; da mesma forma que aquilo que constitui a descodificação da forma linguística não é o reconhecimento do sinal, mas a compreensão da palavra no seu sentido particular, isto é, a apreensão da orientação que é conferida à palavra por um contexto e uma situação precisos, uma orientação



no sentido da evolução e não do imobilismo. (BAKHTIN, [1929] 2006, p. 94- 95).

Assim, o sentido é gerado pelo signo, o qual é engendrado pela força da situação e do contexto comunicativo. Portanto, na atualização da língua, na situação dialógica, “Para o locutor, a forma lingüística não tem importância enquanto sinal estável e sempre igual a si mesmo, mas somente enquanto signo sempre variável e flexível.” (BAKHTIN, [1929] 2006, p. 93-94). Reiterando: no sistema têm-se os sinais; no uso têm-se os signos.

Como se nota, signo é objeto crucial nas teorias focalizadas. E uma abordagem sobre a natureza dessa entidade, na perspectiva bakhtiniana, requereria uma profundidade que não é possível se fazer aqui, em função do viés proposto. Todavia, ainda que sumariamente, é de importância capital ressaltar-se que o signo, na perspectiva do Círculo de Bakhtin, é sinônimo de ideologia<sup>2</sup>, portanto, não há atualização linguística que não traga alguma carga ideológica. Considere-se o trecho:

Os signos também são objetos naturais, específicos, e, como vimos, todo produto natural, tecnológico ou de consumo pode tornar-se signo e adquirir, assim, um sentido que ultrapasse suas próprias particularidades. Um signo não existe apenas como parte de uma realidade; ele também reflete e refrata uma outra. Ele pode distorcer essa realidade, ser-lhe fiel, ou apreendê-la de um ponto de vista específico, etc. Todo signo está sujeito aos critérios de avaliação ideológica (isto é: se é verdadeiro, falso, correto, justificado, bom, etc.). O domínio do ideológico coincide com o domínio dos signos: são mutuamente correspondentes. Ali onde o signo se encontra, encontra-se também o ideológico. *Tudo que é ideológico possui um valor semiótico.* (BAKHTIN, [1929] 2006, p. 30). [Grifos do autor].

Uma vez que as formas da língua estão a serviço da interlocução, elas figuram em contextos enunciativos precisos (o que corresponde a contextos ideológicos específicos), pois as palavras não são proferidas nem percebidas enquanto tais, mas como “...verdades ou mentiras, coisas boas ou más, importantes ou triviais, agradáveis ou desagradáveis, etc. *A palavra está sempre carregada de um conteúdo ou de um sentido ideológico ou vivencial.*” (BAKHTIN, [1929] 2006, p. 96). Nessa linha de raciocínio, a compreensão se dá tão somente se as palavras provocam “ressonâncias ideológicas ou concernentes à vida”. (Idem).

<sup>2</sup> Em Voloshinov (1930 *apud* MIOTELLO, 2005, p. 169) ideologia está assim definida: “Por ideologia entendemos todo o conjunto dos reflexos e das interpretações da realidade social e natural que tem lugar no cérebro do homem e se expressa por meio de palavras [...] ou outras formas sígnicas.” E, nas palavras de Miotello: “Logo se vê que não cabe a possibilidade de tratar a ideologia como falsa consciência, ou simplesmente como expressão de uma idéia, mas como expressão de uma tomada de posição determinada.”

Ao relacionar signo e ideologia, Miotello (2005) pondera:

Vozes diversas ecoam nos signos e neles coexistem contradições ideológico-sociais entre o passado e o presente, entre as várias épocas do passado, entre os vários grupos do presente, entre os futuros possíveis e contraditórios. Podemos pensar em palavras como “trabalho”, “dinheiro”, “casa”, com seus vários e contraditórios sentidos; também podemos pensar na palavra “democracia”, ou “governo”, ou “lei”, com sua multidão de sentidos; também seria muito instigante pensar os sentidos da palavra “povo”, da palavra “gente”. Ainda se poderia pensar nos vários lugares visitados pela palavra “liberdade”, ou “felicidade”. Mas, além desses exemplos, qualquer palavra é tecida por essa multidão de fios. (MIOTELLO, 2005, p. 172).

Disso se depreende que a compreensão não acontece fora das relações dialógicas. Bakhtin (2010, p. 272) é contundente a esse respeito, afirmando que a compreensão em sua plenitude acontece mediante atitude ativamente responsiva por parte dos interlocutores, pois o processo de compreensão se faz porque os participantes se preparam para a resposta. Dessa forma, o sentido que o interlocutor atribui aos enunciados é perpassado pela composição traçada pelo emprego do signo “variável”, “flexível” e com forte carga ideológica, engendrando o enunciado que, por sua vez, orienta-se para o diálogo; e este orientar-se para o diálogo é que possibilita o sentido, a compreensão.

A compreensão é uma forma de *diálogo*; ela está para a enunciação assim como uma réplica está para a outra no diálogo. Compreender é opor a palavra do locutor a uma *contrapalavra*. Só na compreensão de uma língua estrangeira é que se procura encontrar para cada palavra uma palavra *equivalente* na própria língua. É por isso que não tem sentido dizer que a significação pertence a uma palavra enquanto tal. Na verdade, a significação pertence a uma palavra enquanto traço de união entre os interlocutores, isto é, ela só se realiza no processo de compreensão ativa e responsiva. A significação não está na palavra nem na alma do falante, assim como também não está na alma do interlocutor. Ela é o efeito da *interação do locutor e do receptor produzido através do material de um determinado complexo sonoro*. (BAKHTIN, [1929] 2006, p. 135).

Uma vez que a compreensão pressupõe resposta, os interlocutores estão em constante alerta responsivo, ou seja, estão propensos a replicar, pois “Compreender a enunciação de outrem significa orientar-se em relação a ela, encontrar o seu lugar adequado no contexto correspondente.” (BAKHTIN, [1929] 2006, p. 134-135). E tal situação de réplicas, de respostas vai imprimir um maior ou menor grau de profundidade à compreensão: “Quanto mais numerosas e substanciais forem, mais profunda e real é a nossa compreensão.” (Idem).

Remetendo às questões levantadas no início deste, sumariamente, o que se observou foi que Benveniste e Ducrot tomam a concepção estruturalista saussuriana de

signo para desenvolver suas teorias sobre significação e sentido na língua. Nelas, o signo é tido como elemento do sistema linguístico, não esvaziado de significação, mas que só ganha sentido no processo enunciativo, a partir de construções que comportam relações paradigmáticas e sintagmáticas, as quais remetem ao aqui e agora, ou seja, à situação; o sentido depende da referência. Dessa forma, a língua é concebida como um sistema estritamente linguístico que se compõe de unidades, por assim dizer, neutras que só adquirem expressividade na interlocução, momento em que os falantes fazem referência ao mundo real ou imaginário. A compreensão, nesse caso, passa pelo reconhecimento, por parte do falante, de um conjunto de signos, aparentemente organizado no cérebro como num dicionário, o qual se apóia na referencialidade dos enunciados.

Na perspectiva de Bakhtin e seu Círculo, signo linguístico é ideológico e se engendra unicamente no processo dialógico. O sentido não se forja fora da relação dialógico-responsiva, num sistema abstrato, não existindo uso neutro da linguagem; o uso da linguagem sempre pressupõe o outro, direciona-se para a resposta do outro, para a posição que o interlocutor tem ou pode vir a ter sobre os eventos e é apenas assim que os enunciados fazem sentido e podem ser compreendidos. O sistema, portanto, deixa de ser apenas linguístico e passa a ser concebido como “linguístico-ideológico-dialógico” (DI FANTI, 2003, p. 100).

## **LEITURA E SENTIDO**

Refletir sobre o processo de compreensão leitora à luz dessas abordagens é tratá-la de perspectivas distintas. Mas, seriam elas excludentes, ou poderiam ser vistas como complementares e se deixariam aliar, a fim de que se aproveitem, de ambas, elementos que indiquem caminhos que permitam aos leitores atribuírem sentidos aos textos?

Para Benveniste e Ducrot, a primeira instância do sentido é a própria língua, pois ela em si já significa. Num segundo domínio, as relações associativas dão certas feições aos signos, tornando-os palavras, frases, as quais, remetendo para o “aqui e agora” do universo enunciativo, permitem ao locutor o exercício da sua expressão e ao interlocutor a

compreensão do que está sendo enunciado. Assim, um trabalho de compreensão leitora, nessa perspectiva, deve partir do princípio de que os erros e equívocos de interpretação de textos se devem ao desconhecimento dos elementos de referência. A partir disso, é possível considerar que alguns requisitos são fundamentais para a compreensão de textos e que estes devem seguir etapas, como: i) conhecimento prévio do código, por parte do leitor, ou seja, domínio de um acervo lexical (do conjunto dos signos que constituem o sistema) – que representa conhecimento no nível semiótico; ii) é necessário compreender: os níveis estruturais do sistema, de modo a interpretar as razões da escolha feita pelo produtor do texto dos signos que constituem uma determinada enunciação; e também as normas que regem a associação desses elementos (tornados palavras) na cadeia horizontal da construção enunciativa (não raras vezes o conhecimento de regras normativas pode ajudar na compreensão de sequências, como frases ou períodos); iii) há que se ter ou buscar meios de adquirir um conhecimento dos elementos de referência presentes nos textos, haja vista a polissemia típica dos signos linguísticos; iv) é necessário identificar as intenções que norteiam a enunciação.

Tais procedimentos não são nenhuma novidade, principalmente para professores de língua portuguesa. De fato, nada de novo se apresenta, em termos de sentido e o ensino da leitura, ao se tomar como referência teorias da linguagem centradas exclusivamente no código. Inclusive, os estudos da compreensão leitora vão muito além do que se traz neste item. Portanto, se esta exposição pode contribuir de alguma forma, é no sentido de resgatar os pressupostos teóricos que estão na base dessa ou daquela fundamentação sobre o processo atribuição do sentido aos textos, por parte do leitor, criando um espaço para reflexão em torno de fundamentos teóricos que sempre estão subjacentes às práticas. Assim, a contribuição para o trabalho com a leitura, proveniente desta discussão, reside no fato de aqui estar se chamando atenção para uma prática de ensino baseada em estratégias de compreensão de textos respaldadas numa filosofia da linguagem que sobrepõe o código aos seus usuários, mesmo que tais estratégias abarquem, além do sistema linguístico, o produtor e o receptor de textos. Ainda assim, ao se tomar a linguagem como organismo autônomo e que “por si só significa”, muito do que um enunciado pode significar se perde nas entranhas do código.

É por isso que, a despeito da importância dos dicionários e da normatização que fazem parte dos apetrechos utilizados com o intuito de formar leitores proficientes, é importante não se perder de vista os pressupostos teóricos subjacentes aos muitos modelos estratégicos de ensino, pois eles, ao final das contas, respondem sobremaneira pelos resultados alcançados. É importante que se questione até que ponto ferramentas reguladoras do uso linguístico permitem formar leitores de textos que circulam na ‘vida real’; se esse sistema linguístico enquadrado por instrumentos e instituições coercitivas, realmente, dá conta dos sentidos que os enunciados adquirem nos inúmeros contextos de atualização linguística.

Por entender que o sentido e a compreensão dos enunciados extrapolam o sistema linguístico, o postulado bakhtiniano, conforme se observou precedentemente, nega ao código linguístico qualquer relevância nesse sentido. Mais especificamente, a filosofia urdida por Bakhtin e seu Círculo concebe o sistema de uma perspectiva bastante diversa da anterior: o sistema linguístico é, sobretudo, ideológico-dialógico. A grande diferença, em relação à abordagem de Benveniste e Ducrot (oriunda do pensamento saussuriano), é a de que o código não está sobreposto ao indivíduo, ao contrário, os sentidos nascem das construções discursivas para as quais o código apenas fornece “material técnico”. O sentido e a compreensão são funções do discurso: daquilo que ele reflete e refrata; daquilo que diz e que deixa de dizer; do que ilumina e/ou obscurece, em função da posição ideológica, responsiva que o falante assume no contexto sócio-discursivo. São esses elementos que evidenciam o sentido dos enunciados que compõem tal discurso e a enunciação como um todo.

A teoria bakhtiniana parte do pressuposto de que o sentido e a compreensão se constroem discursivamente, mediante o ato de responder e de antecipar respostas. Assim, o falante mantém com o código não uma atitude passiva, mas de constante atividade.

Como se pode pensar, a partir disso, o processo de compreensão leitora? Mais uma vez, não se trata aqui de oferecer ideias nunca dantes imaginadas (a própria teoria bakhtiniana prevê: depois de Adão – o primeiro homem da face da terra, conforme a bíblia – nenhum indivíduo mais tem discurso que não tenha sido antes pensado e construído), mas de refletir sobre o que se tem feito e o que se pode ainda fazer, tomando por base

outros fundamentos. Nesse caso, a compreensão de textos envolve: i) conhecimento por parte do leitor dos gêneros discursivos<sup>3</sup> que subjazem todas as práticas enunciativas. Os gêneros do discurso vinculam-se, impreterivelmente, às esferas sociais nas quais são produzidos, portanto, situá-los é uma das formas de se trabalhar a compreensão; ii) o conteúdo do enunciado deve ser abordado em relação a outros discursos sobre o mesmo tema; inserir no estudo os discursos de outrem é uma forma de ampliar o universo informacional do leitor que assim estará de posse de mais de uma perspectiva sobre o assunto em questão, podendo comparar, refletir, opinar com mais propriedade e ampliar sua proficiência leitora; iii) explicitar as posições ideológicas assumidas (ou obscurecidas) pelo produtor do texto, pois iluminar as posições ideológicas defendidas através do discurso torna o leitor cada vez menos ingênuo para vida.

Obviamente o problema da compreensão do sentido na leitura não se esgota nos elementos aqui abordados. O desenvolvimento da proficiência em leitura caminha lado a lado, por exemplo, com o amadurecimento da expressividade escrita. O bom leitor forma-se também escrevendo. Mas, retomando o foco da discussão aqui realizada, verifica-se que o sentido da enunciação tanto pode ser alcançado tendo como limite o código linguístico, como é possível, também, tratar o sentido como uma construção complexa, inerente à rede discursiva da qual faz parte e onde muitas outras enunciações lhe acrescem o sentido.

---

<sup>3</sup> O problema dos gêneros do discurso é fundamental para um ensino de leitura que se guie pela teoria bakhtiniana. Todavia, uma vez que a presente discussão aborda duas teorias, não foi possível discutir todos os aspectos pertinentes de ambas, tendo sido priorizado o problema do signo e a concepção de sistema linguístico.



**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da criação verbal*. Trad. Paulo Bezerra. 5. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

BAKHTIN, Mikhail. *Marxismo e filosofia da linguagem* (1929). 12. ed. Hucitec, 2006. [http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/MARXISMO\\_E\\_FILOSOFIA\\_DA\\_LINGUAGEM.pdf](http://www.fecra.edu.br/admin/arquivos/MARXISMO_E_FILOSOFIA_DA_LINGUAGEM.pdf). Acesso em: 05/02/2011.

BENVENISTE, Émile. (1967). Forma e sentido na linguagem. In: *Problemas de lingüística geral II*. Campinas, Pontes. 1989. p. 220-242.

DI FANTI, Maria da Glória Corrêa. A linguagem em Bakhtin: pontos e Pespontos. In: *VEREDAS - Rev. Est. Ling*, Juiz de Fora, v.7, n.1 e n.2, p.95-111, jan./dez. 2003.

DUBOIS, Jean *et all*. *Dicionário de linguística*. 10. ed. Trad.: Frederico Pessoa de Barros, Gesuína Domenica Ferreti, Dr. John Robert Schimitz, Dra. Leonor Scliar Cabral, Maria Elizabeth Leuba Salum, Valter Khedi. São Paulo: Cultrix, 1998.

DUCROT, Oswald. *Polifonía y argumentación*. Cali: Universidad del Valle, 1988.

DUCROT, Oswald. *O dizer e o dito*. Revisão técnica da tradução: Eduardo Guimarães. Campinas, SP: Pontes, 1987.

DUCROT, Oswald. Enunciação. In: *Enciclopédia Einaudi*, v. 2. Lisboa: Imprensa Nacional, Casa da Moeda, 1984.

MIOTELLO, Valdemir. Ideologia. In: BRAIT, Beth (org.). *Bakhtin: conceitos-chave*. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2005.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de linguística geral*. 7. ed São Paulo, SP: Cultrix, 1975.